

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SEUS LIMITES¹

Maria Nezilda Culti²

RESUMO

Diante das transformações ocasionadas pelo avanço tecnológico e pela globalização da economia, intensificados nas últimas décadas, surgem alterações na vida social com destaque para as relações de trabalho, onde o desemprego crescente aumenta o contingente dos socialmente excluídos. Neste contexto, emerge a Economia Solidária e nela, o cooperativismo, como organização dos trabalhadores buscando resgatar a cidadania e geração de trabalho e renda por meio do trabalho coletivo. O Cooperativismo como parte da Economia Solidária é um sistema de cooperação reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores.

Concomitante, despontam nos meios acadêmicos, trabalhos de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, traduzidos em redes, tais como a Rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), o rol de Núcleos da UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho), dentre outros, que têm se dedicado a *incubação*. Justifica-se tal atuação como o resgate do compromisso que a Universidade, principalmente a pública, tem para com a sociedade que a mantém.

¹ Este texto faz parte de Projeto de Pesquisa de Doutorado na FEUSP/SP e foi também, preliminarmente apresentado para discussão na 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE UNITRABALHO, ocorrida em dezembro de 2002 – São Paulo.

² Professora Mestre do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá-UEM, Doutoranda na FEUSP/SP e Membro do Núcleo Local da UNITRABALHO. E-mail: Nezilda@aol.com

Nesse sentido, nosso objetivo neste texto, é refletir em que medida a Universidade e os agentes educadores estão preparados para exercer, a partir de um processo interativo, a (re)educação do trabalhador para o trabalho cooperativo, unindo “saber científico” a “saber popular” numa tentativa de transformação da prática cotidiana.

Os agentes educadores estão suficientemente conscientes, preparados e compromissados com um fazer coletivo, se, em seu ambiente acadêmico, tal prática é muitas vezes insuficiente e questionável por parte dos que não acreditam ser esta uma das tarefas da academia? Acreditamos que cabe aos agentes educadores a mediação desse processo de transformação. Todavia, será que estamos em condições reais de proporcionar essa mediação? Desse modo a Universidade poderá intervir de forma integradora nesse processo?

Palavras-chave: Cooperativismo, Economia Solidária, Trabalho coletivo

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO DE TRABALHO

Diante das transformações ocasionadas pelo avanço tecnológico e pela globalização da economia, intensificados nas últimas décadas, surgem alterações na vida social com destaque para as relações de trabalho. Cada vez mais, palavras de ordem como flexibilização, fragilização e desemprego aumentam o contingente dos socialmente excluídos.

Constata-se o surgimento de um movimento, aparentemente, nascido das camadas dos excluídos do mercado de trabalho, que visa criar possibilidades reais de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Trata-se de uma rede de iniciativas que busca fazer frente à crise do trabalho “formal” assalariado por meio da geração de novas formas de produção, trabalho e renda, a qual vem-se denominando Economia Solidária. Esta economia constitui-se em diversos ramos

de pequenos empreendimentos, tais como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares, entre outras.

Economia solidária é um conceito utilizado hoje não só nas Américas, mas também nos países Europeus, com diversos entendimentos, mas todos tem um ponto em comum, que é a idéia da solidariedade em contraposição ao individualismo, próprio do procedimento econômico nas sociedades capitalistas. Esta economia, no século XXI, tem como antecedente principal o cooperativismo operário que surgiu em reação a Revolução industrial durante o século XIX e XX. Com os pensadores da época, foi se formando a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo. Destaca-se entre eles: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865 e Louis Blanc (1812-1882). É, substancialmente, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, onde procura construir uma outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição eqüitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

A economia solidária no Brasil ganha espaço nas publicações acadêmicas a partir da segunda metade da década de 90.

Segundo SINGER (2000:25), “A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990”. A economia no sistema capitalista é bastante eficiente na geração de riqueza, que por sua vez, gera também eficientemente, a pobreza. Enquanto parte das necessidades das pessoas são satisfeitas, a de outras ficam insatisfeitas, levando a uma precária qualidade de vida.

Nesse processo, as pessoas mesmo empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho, pela necessidade de sobrevivência, buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender. Apesar de serem necessidades individuais e isoladas, elas ganham força e expressividade e constituem-se na

mais poderosa das forças com a solidariedade, criando vínculos de organização e de comunidade. É o povo excluído que tem tomado iniciativas com expectativas de satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos, através do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas. São, portanto, organizações coletivas ou comunitárias em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores. Enquanto trabalhadores se organizam em associações, cooperativas ou empresas de autogestão. As experiências de organizações econômicas populares que surgem dos excluídos ou mais pobres constituem uma iniciativa real em desenvolvimento. São formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posição central.

A economia solidária é, portanto, uma economia que surge do povo, de maneira espontânea ou por indução de agentes externos que o apóiam, fazendo emergir o poder público, a iniciativa privada e uma gama variada de ONGs- Organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que não correspondem às formas de comportamento tratadas pelas teorias econômicas convencionais. Na perspectiva de SINGER (2000:7-28), a economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. Suas formas clássicas formadas por unidades produtivas autogestionárias datam do século passado. São as cooperativas de consumo, crédito e de produção. Segundo o citado autor, a economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução. Diz ainda que,

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado)

ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critério aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (p.13).

Na busca de um melhor entendimento do que seja a economia solidária, encontramos outras abordagens. Para GAIGER (1999:25-6), nos empreendimentos de economia solidária se desenvolvem o sentido empresarial e o solidário. As iniciativas procuram obter níveis de acumulação e crescimento com estabilidade e viabilidade, através de planificação de investimentos baseados em uma racionalidade econômica, apoiada no mundo cooperativo. A força dos empreendimentos solidários consiste nas combinações dos espíritos empresarial e solidário. Empresarial no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais. Solidário de maneira que a cooperação direcione uma racionalização econômica com efeitos e vantagens comparáveis às relações de trabalho assalariadas. O que diferencia estes empreendimentos é a busca de uma organização mais eficiente, através da cooperação e exploração do trabalho consorciado em benefício dos próprios produtores, distinguindo-se da racionalidade capitalista que não é solidária nem inclusiva e da solidariedade comunitária, à qual faltam instrumentos adequados para o desempenho econômico na sociedade contemporânea. Já ARRUDA (1998:13), alega existirem várias iniciativas para a construção de práticas e intercâmbios solidários ou formas alternativas e autogestionárias de organização, onde os trabalhadores são administradores coletivos ou empreendedores, sem deixar de serem trabalhadores. A importância do sistema reside no fato de não ter por base a exploração do trabalho de outros trabalhadores e que, “uma dupla estratégia de mercado é necessária: uma orientada para o mercado capitalista, onde a regra é a competição feroz e agressiva; a outra, com respeito ao mercado intercooperativo, que também

chamamos de mercado solidário, no qual o desafio é criar sistemas e práticas comerciais baseadas na cooperação e na complementaridade, em vez da competição, e estabelecer sistemas de preço que eliminem a exploração do comprador/consumidor”.

Não há ainda no Brasil, um recenseamento sistemático e abrangente sobre o total e os tipos de empreendimentos solidários existentes³. Entretanto, estudos e estimativas setoriais indicam um notável desenvolvimento de novos segmentos no cooperativismo, além do agropecuário e de consumo, como o de trabalho e serviços, com uma grande diversificação de iniciativas em regiões rurais e urbanas.

O processo de crescimento das cooperativas na década de 90 pode ser observado com os dados da OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras (2001). Em 1990, considerando todos os ramos⁴, os registros indicaram a existência de 3.440 cooperativas e em 2000 já eram 6.084. Dentre os 12 ramos de cooperativas existentes, a partir de 1996 as cooperativas de trabalho superaram numericamente todos os ramos, deixando em segundo, terceiro e quarto lugar, respectivamente, as cooperativas agropecuárias, de créditos e de saúde. De todos os ramos, apenas três apresentaram crescimento durante a década. As cooperativas de trabalho foram as que mais cresceram, seguidas pelas de saúde e de crédito, apresentando uma taxa de crescimento de 1990 a 2000 de 269%, 61,7% e 35% respectivamente. Mesmo considerando apenas a partir de 1996, quando se separou as cooperativas de saúde das de trabalho, mantém-se a tendência, com uma taxa de crescimento no período de quatro anos de 178,8%. Em síntese, se depreende que as cooperativas de trabalho estão crescendo e ganhando espaço e importância no sistema cooperativista.

³ Um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil foi realizado pela UNITRABALHO-Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho em seis Estados (SP, MG, DF, RS, CE e PA) com resultados ainda não publicados integralmente. Para as cooperativas, já existe em separado, o levantamento realizado pela OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras.

⁴ Ramos considerados pela OCB: Agropecuário, Consumo, Infraestrutura, Educacional, Trabalho, Habitacional, Crédito, Saúde, Mineral, Produção, Turismo e Especial.

Além das cooperativas identificadas mais facilmente por já existir um recenseamento sistemático nacional através da OCB, há hoje outras iniciativas econômicas solidárias ao longo de todo o País e abrangem inúmeras associações informais e formais, os negócios de caráter familiar, pequenas indústrias artesanais e microempresas não formalizadas legalmente. Existem também os chamados “Clubes de Trocas”, que combinam reciprocidade e formas não monetárias de organização social. Todos compõem a chamada economia popular e solidária.

Como já indicado, apesar de não se dispor de dados abrangentes já publicados que possibilite dimensionar a economia solidária no Brasil, podemos inferir que ela é representativa quando observamos o surgimento de espaços ou organizações agregadoras das atividades econômicas coletivas como a ANTEAG-Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, o MST-Movimento dos Trabalhadores sem Terra, as ITCPs-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a ADS-Agência de Desenvolvimento Solidário, a FETRABALHO-Federação das Cooperativas de Trabalho entre outras, que aparecem diferenciando-se por Estados da Federação. Estas entidades surgem da demanda crescente de trabalhadores que buscam formar empreendimentos solidários, os quais estão se multiplicando em todo o País. Elas, por outro lado, desempenham um papel importante, à medida que se torna um espaço de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos. Elas ajudam a consolidar estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável. Também desempenham um importante trabalho de educação e qualificação dos trabalhadores por meio dos cursos e seminários que propiciam ou oferecem, voltados à autogestão, solidariedade, trabalho coletivo, entre outros temas, que orientam suas ações, tanto no nível individual, coletivo como no social.

A UNIVERSIDADE E O SUPORTE EDUCATIVO E TÉCNICO AO TRABALHO COLETIVO

Concomitantemente ao desenvolvimento da Economia Solidária, despontam nos meios acadêmicos, propostas de apoio, assessoria e acompanhamento aos empreendimentos nascidos nesta economia, traduzidos em redes como já mencionadas, a Rede de ITCPs-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas em importantes Universidades públicas, hoje em torno de 14 incubadoras, o rol de Núcleos da UNITRABALHO-Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, que têm se dedicado à *incubação* e assistem estes empreendimentos através dos Núcleos Locais distribuídos em 27 Universidades em todo o país, dentre outros. A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 86 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares. Justifica-se tal atuação como o resgate do compromisso que a Universidade, principalmente a pública, tem para com a sociedade que a mantém. A priori, pode-se dizer que a Universidade disponibiliza seu saber técnico e científico estendendo-o à comunidade.

Evidentemente, a estrutura física e humana da Universidade, esta última constituída por seu corpo docente, técnico e discente são fatores que podem credenciá-la, diante das comunidades em que estão inseridas, como canal de interlocução e referência para integrar-se no processo de formação de cooperativas e outros tipos de iniciativas de geração de trabalho e renda.

A Incubação é entendida como o acompanhamento sistêmico e assessoria a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista processo educativo e suporte técnico desses empreendimentos. Segundo GUIMARÃES (1999, p.11), o “objetivo inicial das incubadoras é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a

entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas”.

As demandas surgem das mais variadas formas, desde iniciativas de grupos independentes que se organizam com uma finalidade específica já definida, Associações de moradores que objetivam encontrar formas para gerar trabalho e renda, Poder público para resolver algum problema localizado, como a questão do lixo e também para gerar trabalho e renda às camadas mais empobrecidas que pressionam a assistência social, entre outras. Cada grupo tem uma expectativa, interesse e um tempo que, no geral é sempre muito curto, visto tratar-se de uma demanda que nasce da população desempregada ou oriunda do mercado informal de trabalho.

Nesse momento colocamos a prova nossa atuação com a formação e acompanhamento dos empreendimentos, o assim chamado processo de incubação. Enquanto incubadores ou orientadores, racionalizamos nosso trabalho organizando nossa atuação, e aqui me refiro a uma equipe, que deve ser multidisciplinar, que orienta seguindo o que chamamos de fases e/ou etapas: sensibilização/conscientização, diagnóstico, parcerias, processo preparatório(cursos s/ associativismo/cooperativismo, gestão, liderança, técnicos de qualificação profissional), fundação e registro do empreendimento, assessoria/consultoria e finalmente, a autonomia do grupo c/ afastamento dos incubadores ou orientadores. Nem sempre é possível cumprir estas etapas com o tempo minimamente necessário, podendo ser executadas de forma simultânea e até mesmo algumas suprimidas. Depende da dinâmica organizacional interna de cada grupo de trabalhadores. Este é um problema que quase sempre reflete no desenvolvimento dos grupos pela insuficiente absorção ou introspecção dos princípios do cooperativismo, trabalho coletivo, informação técnica e formação profissional mais adequada e necessária a cada tipo de empreendimento. Mas este não é ainda o maior problema, a meu ver. A questão mais delicada a ser tratada é com relação ao caminho ou procedimento metodológico a ser seguido.

Sabemos que se pode trabalhar com a proposição de práticas questionadoras da relação capital-trabalho (trabalho alienado) e de criar condição

de cidadania, como elemento orientador do processo de incubação, ou práticas que privilegiam simplesmente a geração de renda e assessoramento técnico. Essa definição é importante. Penso que trabalhar apenas com uma das possibilidades é muito pouco. Precisamos agregar as duas coisas, ou seja, permitir que estes trabalhadores se vejam dentro do sistema ou modo de produção, o entenda e crie condições de cidadania, trabalhando e produzindo em um empreendimento autogerido, com inserção no mercado de forma eficiente.

Nesse sentido, temos duas questões importantes que penso vale a pena apontar. Uma é o método pedagógico a ser seguido, e a outra é a questão do mercado.

Estamos sempre muito tendentes a ver e identificar as dificuldades apenas nos grupos atendidos, como por exemplo: baixa qualificação dos trabalhadores, baixo nível de educação formal, alto grau de rotatividade das pessoas nos empreendimentos, pouca aplicabilidade e absorção do princípio democrático, baixa socialização dos trabalhadores, dificuldades em apreender o trabalho coletivo, grupos que querem agir como se tivessem um “patrão” para obedecer, aprendizado lento, dificuldades para praticar a autogestão, para assimilar e entender os procedimentos contábeis e fiscais, grupo muito heterogêneo, presidentes e conselhos autoritários, falta de transparência na prestação de contas, entre outras. Entretanto, é menos comum ou quase não se questiona a nossa capacidade enquanto agentes incubadores ou orientadores nesse processo, para interagir e trocar nossos conhecimentos. Estamos preparados para o exercício do “fazer” o trabalho coletivo, ou seja, estamos de fato preparados para essa interação? Sim, porque não podemos pensar apenas num ato de despejar, depositar no outro ou no grupo atendido aquilo que é de nosso domínio. Será que a superação de muitos destes problemas, dificuldades ou limites, estão dependendo mais da nossa forma ou capacidade de interagir do que propriamente do grupo atendido? Estamos interagindo adequadamente ou suficientemente, inclusive, entre as pessoas que compõe o grupo de incubadores ou orientadores para este fim específico?

Trata-se de um processo complexo que envolve interação:

- a) Entre os membros da equipe de incubadores ou orientadores, que idealmente precisa ser composta por profissionais de várias áreas de conhecimento, mas minimamente precisa contar com as áreas: da pedagogia, psicologia, sociologia, economia, administração de empresas, ciências contábeis e direito. Além destas, se fazem necessárias outras que serão buscadas de acordo com o setor e ramo de atividade que se pode enquadrar o empreendimento, para buscar conhecimentos específicos. Conhecemos no meio acadêmico as dificuldades de diálogo no sentido metodológico para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinar e multidisciplinar. Entretanto, é preciso para este fim, superar estas dificuldades e encontrar a melhor forma de comunicação e interação entre os profissionais, pelo menos das sete primeiras áreas, para que funcione enquanto equipe que ensina fazer, orienta e acompanha, objetivando, inclusive, evitar o trabalho de profissionais destas áreas apenas como assessores pontuais, que não tem compromisso enquanto grupo de atuação e que não possuem conhecimento acumulado sobre associativismo e cooperativismo.
- b) Entre os trabalhadores do grupo incubado, para que possam praticar o trabalho coletivo de forma consciente, organizada, democrática e solidária.
- c) Entre os grupos de trabalhadores atendidos, visando o crescimento cooperado de todos enquanto grupos individuais e no coletivo, ou seja, praticar a cooperação entre cooperados para se fortalecerem.

- d) Entre os incubadores ou equipe orientadora e os grupos atendidos. Nesta interação, para qualquer tipo de empreendimento é indispensável o conteúdo das sete primeiras áreas mencionadas no item “a” acima, para orientar na interlocução e transferência de conhecimentos com os grupos atendidos (sociologia e pedagogia), na resolução dos conflitos pessoais e de trabalho que surgem cotidianamente, tanto dentro da equipe orientadora quanto nos grupos atendidos, como por exemplo, a insegurança (psicologia), na orientação para o cooperativismo e associativismo e na execução da gestão administrativa, contábil, fiscal e também nas questões de crédito e mercado (economia, administração de empresas e ciências contábeis), assim como, para orientação nas questões legais, tanto comerciais como trabalhistas (direito). Além disso, é preciso interagir com o conhecimento que trazem os trabalhadores individualmente no interior de cada grupo, para a ação em cooperação.

As interações mencionadas se fazem necessárias porque sabemos que para gerir um empreendimento coletivo, tanto a equipe como o trabalhador necessita, compreender e vivenciar os princípios fundamentais do cooperativismo e associativismo e consolidar a democracia no interior do empreendimento. Trata-se de um processo de educação que os prepara para produzir, abandonando a perspectiva individualizada adquirida anteriormente, internalizando a dimensão do trabalho coletivo. Adota-se novas estratégias, pensando em novas soluções, objetivando recriar uma nova realidade.

Essa tentativa se resume em um processo de educação do trabalhador que inclui quase sempre o retorno ou a primeira ida à educação escolar regular, que deve ser acompanhado por uma equipe de orientadores multidisciplinar, objetivando proporcionar também conhecimentos organizacionais, tecnológicos e práticos aos grupos cooperados ou associados já existentes ou em formação, de

maneira que os mesmos possam por si caminhar e resolver os entraves do seu cotidiano. Não se trata apenas de considerar a prática de uma educação diferenciada, mas sim denotá-la como mudança de mentalidade quanto ao trabalho individualizado para o qual o trabalhador sempre foi preparado e assumir sob a perspectiva crítica uma postura diferenciada e o compromisso coletivo. É uma tarefa que tem o sentido de valorizar o saber acumulado do grupo e a ele acrescentar conhecimentos básicos de trabalho coletivo e técnicas específicas.

Trata-se, pois de desencadear um processo de passagem do trabalho alienado para o trabalho consciente (que pode ser utilizado como suporte do processo de libertação) e deste para a criatividade transformadora, onde a pessoa decide com autonomia e liberdade. (RECH, 2000: 101).

A cultura capitalista gerou uma sociedade individualista, cética no trabalho cooperativo e coletivo. É difícil trabalhar nos grupos, tanto de incubados como de incubadores ou orientadores, a idéia de socialização do conhecimento. Foram séculos de favorecimento do individual sobre o coletivo e de desconfiança no outro. Vivemos num mundo competitivo, onde o saber, sob a forma de poder impede que as informações sejam serenamente coletivizadas.

Nesse sentido, o esforço conjunto tanto dos grupos atendidos quanto da própria equipe de incubadores é imenso e deve ser constante para reverter o quadro que impregnou a consciência dos indivíduos de forma a transformar o outro em rival, nunca em aliado. É preciso administrar as diferenças, não renegando suas aspirações individuais, mas realizando seus desejos de forma conjunta, em cooperação. Trata-se de unir “saber científico” a “saber popular” numa tentativa de transformação da prática cotidiana, inclusive no interior das universidades.

Valorizando a identidade individual através da capacidade e não da imagem, resgata-se o sentido de cidadania. A partir dela pode-se formar uma nova identidade, a coletiva. Essa identidade deve nascer do processo educativo

inerente ao trabalho cooperativo/associativo, da união das várias capacidades individuais, do trabalho realizado em conjunto ou através de processos diferentes, mas conexos. A aquisição do conhecimento dá-se de várias formas, mas está intimamente ligada à experiência. O homem adquire conhecimento através da experiência no mundo, própria ou de outrem. A comunicação dessa experiência, portanto, dá-se de forma dialética. É ingênuo supor que esse conhecimento possa ser tomado como algo que, segundo Freire,

“(…) deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento(…) Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. (...) pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (p. 27).

No papel da Universidade, há que se levar em conta o saber acumulado individualmente e o que o próprio grupo multidisciplinar dispõe, bem como o do grupo atendido, com o qual o agente orientador deve interagir. Por esse prisma, não é possível falar em “transmissão de conhecimentos”, como algo que se dá a alguém “que não sabe”, melhor falar, em “partilha de conhecimentos”, que pressupõe uma troca. Desse modo, a Universidade não somente leva o conhecimento como vai buscar na interação com o seu grupo e com o grupo atendido, a tarefa de perceber-se a si e à sua realidade, encontrar nos grupos

soluções para o cotidiano, que podem, não necessariamente, ser aquelas que o conhecimento acadêmico construiu.

Pode-se, assim, pensar em como esse trabalho educativo deva ser organizado, estruturado para que se apresente como uma proposta ao mesmo tempo inovadora e que congregue e englobe os interesses diversos dos indivíduos e do grupo.

É nesse ponto que cresce o compromisso dos agentes orientadores que atuam junto aos grupos cooperados e associados, o de interagindo com ele despertar para a realidade de sua condição e humanizar-se junto com ele. Aí, reside um dos pontos fundantes, ou seja, estes agentes incubadores/orientadores estão suficientemente conscientes, preparados e compromissados com um “fazer” coletivo, se, em seu ambiente acadêmico, tal prática é muitas vezes insuficiente e questionável? Isso nos faz lembrar as críticas feitas à Universidade quando se fala que ela só tem conhecimento teórico, faltando-lhe a experiência prática; que ela prioriza a pesquisa e a atividade de extensão é secundarizada em relação ao ensino e a pesquisa, entre outras. Acreditamos que cabe aos agentes incubadores ou orientadores a mediação desse processo de transformação. Todavia, será que estamos em condições reais de proporcionar essa mediação? Desse modo a Universidade poderá intervir de forma integradora nesse processo?

Outro questionamento importante que costuma surgir, enquanto parceiros e orientadores na formação de empreendimentos cooperativistas e associativistas de trabalho é como preservar a autonomia do grupo atendido diante da realidade do conhecimento técnico que a Universidade, através dos técnicos, educadores e assessores multidisciplinares detém. Esse saber não geraria uma relação de dependência do grupo ao corpo técnico que inviabilizaria seu “caminhar com as próprias pernas”? De fato, esse é um problema sério que não poucos agentes orientadores e equipes técnicas têm enfrentado. A resposta pode residir no estímulo à formação da identidade cooperativista e associativista.

Enquanto agentes universitários temos estas preocupações e indagações. Penso como esse trabalho de incubação, quando realizado por meio dos poderes públicos, sem a parceria com as universidades deve estar acontecendo. Primeiro,

porque podem não ter clareza ou interesse na preparação dos grupos atendidos para uma visão crítica de mundo e, conseqüentemente, de formação de cidadãos. Segundo, pela provável dificuldade de se ter ou lançar mão de uma equipe profissional de várias áreas do conhecimento, ou seja, multidisciplinar e terceiro, por não ter a preocupação ou desconhecer a complexidade da prática com o processo interativo de troca de conhecimento, o faça “depositando” nos trabalhadores atendidos apenas aquilo que sabem, e o processo acabe sendo o de apenas gerar, de forma protegida e tutelada, oportunidades geradoras de renda com prazo de vida determinado pelo prazo das gestões públicas.

Também é preocupante situações onde se impõe a organização coletiva na forma de cooperativas ou associações para obter ou se beneficiar de créditos ou financiamentos públicos. Podemos pensar se a forma de passar conhecimentos cooperativistas e associativistas adotadas, em alguma medida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST e algumas Administrações públicas, por meio dos laboratórios de aprendizagem com tempo mínimo e técnicas direcionadas seja desejável.

Com relação ao mercado, entendemos ser preciso ter estratégias para competir nele, com os produtores das empresas tradicionais. Estratégias que vão desde a forma mais eficiente de produzir até a de comercialização. Nem sempre colocar produtos ou serviços com preços baixos para ganhar mercado é uma boa alternativa, visto que pode inviabilizar seu negócio se o concorrente fizer o mesmo. Os contratos temporários também são problemáticos porque criam, no geral, tempo e capacidade ociosa. Tem sido freqüente, surgir cooperativas com base em contratos com as próprias universidades que fazem incubação. Este tipo de contratação também não é bom, visto que fica dependente daquela contratada e se ela se retira, o empreendimento pode acabar.

A obtenção de crédito, quando necessário, precisa ser cuidadosa. O ideal é que seja também cooperativo. Um bom exemplo é a experiência do professor de economia, Muhammad Yunus, de Bangladesh, com o microcrédito oferecido através do chamado banco *Grameen*, onde as pessoas se responsabilizam mutuamente pela devolução do valor emprestado, entre outros pontos.

Penso que uma boa alternativa seria de estes empreendimentos fazerem parte de Planos de desenvolvimentos regionais para assim entrarem num circuito menor e depois alçarem vôos maiores. Entretanto, é preciso que haja uma política mais efetiva para implantação de Planos Regionais de Desenvolvimento. A idéia de redes de empreendimentos solidários é boa, pode fortalece-los, mas, também pode torna-los pouco eficientes e acabar por criar apenas um gueto protegido limitando sua expansão dentro do mercado capitalista.

Concluindo, não existem soluções prontas, o trabalho está em construção e revisão permanentes. Entretanto, esse é um desafio fundamental tanto para os grupos atendidos, como para quem se dedique a fazer à prática de incubação. Buscar respostas conjuntas parece ser a resposta mais viável.

Portanto, de tudo o que foi exposto conclui-se que há muito trabalho a ser feito no sentido de buscar novas formas de inserção e interação com o grupo e com os grupos acompanhados, que perpassam o reconhecimento de que a Universidade, embora detenha um saber específico, não é possuidora do saber total.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. O **“Feminino Criador”**: **Socioeconomia Solidária e Educação**. Artigos e Histórias da Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro: PACS, 1998.

ARRUDA, M. & BOFF, Leonardo. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos-Uma visão a partir do Sul**. Petrópolis, Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo, Ática, 1982

CULTI, M.Nezilda et.al. Popular Cooperative Enterprises: A process of (re)education. In: **The Injustice at Work: Na International View on the World of Labour and Society**. Frankfurt am Main, Lang, 2002.

CULTI, M.Nezilda. **EL COOPERATIVISMO POPULAR EN BRASIL: Importancia y Representatividad**. In: ANAIS do Terceiro Congreso Europeo de Latino Americanistas, Amsterdam, Holanda, 2002.

----- . **SÓCIOS DO SUOR: Cooperativas de Trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política. Maringá: EDUEM, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10ª edição, 1992.

GAIGER, Luiz I.G. & Outros. **A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas**. Cadernos Cedope, São Leopoldo, UNISINOS, ano 10, n.15, 1999.

GUIMARÃES, G. Subvertendo e construindo o imprevisível. In: **Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate-Transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, Publicação Unitrabalho, 1999.

OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras. Núcleo de Banco de Dados/GETEC, junho/2001.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

ROUILLÉ d Orfeuil, Henri. Economia Cidadã: Alternativas ao Neoliberalismo. Petrópolis, Vozes, 2002.

SINGER, Paul. **Cooperativas são empresas socialistas**. Publicação Unitrabalho, ano 3, nº 10, janeiro/2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia-Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais**. Tese de Doutorado, USP-Faculdade de Filosofia, Letras e C.Humanas, São Paulo, 2002.